



Eugênio Gudin conhece como poucos a arte de escrever sobre a ciência das finanças e sobre assuntos econômicos apresentando ao leitor problemas de alta indagação de maneira simples e clara. O notável economista é um expositor nato que alia a essa qualidade um sentido didático burilado em longos anos de magistério, bem contudo, ser professoral. Está nesse caso o livro **INFLAÇÃO — Crédito e Desenvolvimento — editado pela AGIR — 1956.** Nesse livro o autor não se esqueceu do problema cafeeiro. Pode-se discordar e muitos discordam de suas teses, mas é interessante conhecê-las.

A propósito da necessidade do controle do volume de dinheiro criado pelos bancos por intermédio da SUMOC observa Eugênio Gudin:

"Chegamos assim à conclusão, um tanto paradoxal na realidade, de que instituições puramente privadas, como os bancos particulares, cujo principal objetivo é o de obter lucros para seus acionistas, exercem a função pública de criar ou deixar de criar dinheiro. E esse dinheiro (empréstimos) eles podem dá-lo a quem bem entender, no melhor do seu interesse mercantil. Se um rico bicheiro lhes pede um milhão de cruzeiros, com sólidas garantias, para expansão de suas transações zoológicas, isto é para elas mais atrativo do que emprestar a mesma soma a uma usina metalúrgica ou a um fazendeiro de café que não lhes dá tão boas garantias nem talvez tão bom lucro.

O mesmo se pode dizer dos empréstimos que davam não raro, alguns dos nossos bancos, para construção de arranha-céus ou para o financiamento de importações de luxo, de preferência ao crédito para movimentar a produção".

A seguir Eugênio Gudin discorre sobre os Três Postulados Sobre o Café. Diz o ex-ministro da Fazenda:

"Existem no problema do café vários aspectos e conjunturas, que só a experiência ensina a conhecer. Assim é, por exemplo, o caso da classificação dos tipos de café, o da conveniência ou não de regulamentar a descida dos cafés para os portos, o das múltiplas peculiaridades das Bolsas de Nova York, de Santos, do Rio, etc.

Mas há, de outro lado, alguns postulados e dos mais importantes, que os economistas conhecem, via de regra, muito melhor do que os práticos.

O primeiro é o que diz respeito com a elasticidade da procura do café ou, em linguagem mais acessível, com a reação do consumidor diante de uma alta dos preços.

Há, a este respeito, estudos estatísticos muito bem feitos, tanto por economistas brasileiros como estrangeiros, os quais são concordes em concluir que, dentro de certos limites, a reação do consumidor estrangeiro, diante de uma alta ou de uma baixa de preço

do café, é relativamente, muito fraca. Por exemplo, diz em certos estudos, uma variação de 10% nos preços do café, em relação aos preços dos demais produtos alimentícios, tem resultado, ceteris paribus, de 2 1/2%, apenas. Isto quer dizer que, quando, dentro de certos limites, baixamos o preço do café, em dólares, de 10%, as quantidades compradas não aumentam, compensadoramente, de 10% e sim, apenas, de 2 1/2%. Com o resultado de sofrermos uma perda líquida, em dólares, de cerca de 7 1/2%.

Diante dessa conclusão, é evidente que devemos, dentro de certos limites, ser alistas em matéria de preço de café em dólares.

Mas essa conclusão, refere-se unicamente ao lado da procura, isto é, à reação do consumidor. Resta, portanto, examinar o comportamento da oferta.

E aí aparece o segundo postulado, que é aliás, tão simples e evidente, que dispensa esclarecimentos: se o preço em dólares se conservar em nível elevado, mesmo dentro dos limites referidos, isto estimulará a produção cafeeira em todas as partes do mundo, dando lugar à superprodução e aos crueis problemas que ela cria.

Há, portanto, que corrigir o primeiro postulado com a condicional de que o preço não seja por demais atrativo para os produtores. Atingido, porém, um nível razoável, não há motivo para baixá-lo mais, porque o consumidor não aumenta por isso as suas compras.

Finalmente, o terceiro postulado, que é da maior importância e que já foi objeto de um estudo estatístico que eu publiquei em 1934.

É que, em mercado comprador, isto é, quando a oferta de café é abundante (como tem sido quase invariavelmente, com exceção do período 1944-1953), uma depreciação cambial no Brasil, ou no regime atual — um aumento da bonificação em cruzeiros do dólar-café, o que é a mesma coisa, dá em resultado não, como se poderia supor, um aumento do preço do café em cruzeiros (agora depreciados), conservando-se igual o preço em dólares, ficando inalterado o preço em cruzeiros. É o caso do que vulgarmente se chama de "perda de substância" ou, em linguagem mais correta, de "piora da relação de trocas" do país, porque passamos a ter que dar maior número de sacos de café para receber, em troca, uma tonelada de trilha, ou um barril de óleo, ou uma máquina qualquer.

Poder-se-ia acrescentar um quarto postulado, o de que um preço elevado, mesmo em cruzeiros depreciados, conduz à superprodução dentro do nosso próprio país. Mas isso é um simples corolário do segundo postulado supra e não é de caráter muito duradouro, porque o foco inflacionista no setor café se propaga, mais ou menos rapidamente, aos demais setores de economia do país e o preço do café, que era alto em relação aos demais, deixa de o ser

Nenhum daqueles três postulados supra uma solução simples para a política de café. Mas são três etapas firmemente plantadas e sobre as quais se pode construir alguma coisa".

Muita gente — cafeicultores e economistas — não estará de acordo com o terceiro postulado. Aliás, postulado é fato ou princípio que se admite sem demonstração. No caso em tela, contudo, muitos cafeicultores notadamente não o admitem ou apesar de o aceitar, lutam ardorosamente pela reforma cambial".

INFLAÇÃO ATRAVÉS DO CAFÉ

A propósito das oscilações dos preços dos produtos primários salienta Eugênio Gudin:

"Duas fórmulas têm sido adotadas na prática: a da fixação de preços máximos e mínimos, além dos quais os países consumidores e produtores se obrigam a intervir, e a dos chamados "estoques de compensação" (buffer stocks), que age, não sobre os preços, mas sobre o próprio volume das safras armazenadas, os excessos nos anos superabundantes e restituindo-os aos mercados nos anos de escassez".

E logo adiante:

"Há quem se insurja contra a aplicação ao café desses métodos de compensação e amortecimento, que têm sido adotados para o trigo, o açúcar e outros produtos.

E força é reconhecer, em nosso país, certo fundamento desse receio quanto aos possíveis resultados dos esquemas de compensação. Porque a tendência da nossa lavoura do café tem sido a de não dar grande importância às variações do preço do dólar do café (de que ainda dependem a vida econômica e o progresso do Brasil), contanto que se lhe dá um preço gordo em cruzeiros.

Tal política, que o eminente Dr. JOSÉ MARIA WHITAKER denominou, muito expressamente, não de câmbio baixo, e sim de "câmbio cadente", quer dizer, nem mais nem menos, do que sucessivas depreciações cambiais.

E que os altos preços internos do café constituem, evidentemente, um fogo inflacionário, ao mesmo título que um déficit orçamentário ou uma expansão de crédito bancário. Dêsse foco, o dinheiro, abundantemente despejado no setor café, vai passando para os demais setores do sistema econômico, fazendo subir os preços em cada galho em que possa. Sobem os salários, sobem os custos de produção das mercadorias, sobem os fretes, etc., até que o preço do café deixa de ser vantajoso como era. Clama-se então por uma nova depreciação do cruzeiro em relação ao dólar, capaz de restabelecer as vantagens e a atratividade do preço interno do café. E assim sucessivamente.

É assim que se faz a inflação através do café.

Dessa forma, não há "esquema de compensação" que funcione, porque, como o preço interno é sempre muito vantajoso, a superprodução é inintermitente.

E em vez de estoques de compensação, variáveis com o volume das safras, passa-se a uma acumulação indefinida e desastrosa do produto".

A tese da inflação através do café, por certo, não encontrará guarda no espírito de nenhum cafeicultor. Fica ela, ai, contudo, como um registro de O CAFÉ NOS LIVROS. O confisco cambial, dólares, etc., que se contrapõem a ela são problemas conhecidos de nossos lavradores. Não iremos repisá-los.